



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**DECISÃO – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**EMPRESA: MOTTA MARTINS ENGENHARIA LTDA.**

Processo Licitatório: 5476/2022

Referente à:

**TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022**

**DATA DA ABERTURA:** 29 de setembro de 2022

**HORÁRIO:** 10:00

**OBJETO:** REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO; ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA; ESTUDO DE ENGENHARIA ECONÔMICA FINANCEIRA PARA MODELAGEM DA TARIFA DE DISPONIBILIDADE OPERACIONAL (ÁGUA E ESGOTO); LEVANTAMENTO DOS BENS REVERSÍVEIS DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO E MINUTA DE EDITAL DE CONCESSÃO E SEUS ANEXOS.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório será realizado na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**, do **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, do tipo **TECNICA E PREÇO**, regida pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas posteriores alterações, e demais normas complementares e disposições deste instrumento. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 10/08/2022, no jornal de grande circulação (Jornal Extra) em 11/08/2022 e no diário oficial da união em 11/08/2022, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>. O procedimento licitatório será realizado pela Comissão Permanente de Licitação (parte documental), vinculada à Secretaria Municipal de Administração, designada pela Portaria nº 03, de 06 de janeiro de 2022, e pela Comissão Avaliadora do Certame Licitatório de Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (parte técnica), designada pela Portaria nº 424, de 20 de Outubro de 2022.

**DA TEMPESTIVIDADE**

O pedido de impugnação foi protocolado através do processo nº 7990/2022, pela empresa **MOTTA MARTINS ENGENHARIA LTDA**, e recebido por esta Prefeitura, tempestivamente.

**DO PEDIDO**

Alega a empresa:

(...)

“Ao verificar as condições para participação na licitação citada, constatou-se que o edital traz inconsistências como é apresentado abaixo:

**1. Exigência de CAT emitida pelo CREA para pessoa jurídica.**

O edital exige o seguinte:

- “6.1.4.2. As propostas técnicas serão avaliadas de acordo com os critérios definidos a seguir: 6.1.4.2.1. Para o julgamento das propostas, serão avaliadas e pontuadas as documentações que se encontrem incluídas nos seguintes quesitos.
- Quesito A: Experiência da empresa proponente relacionada ao objeto a ser contratado (16 – 32 pontos).

- Quesito B: Experiência da equipe técnica chave (24 – 59 pontos) e experiência da equipe técnica de apoio (9 - 9) relacionada ao objeto a ser contratado.

6.1.4.2.1.1 Quesito A – Experiência da empresa. A comprovação da experiência da proponente, para fins de pontuação da proposta técnica, dar-se-á através da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica e respectivas Certidões de Acerto Técnico - CAT, devidamente autenticados, expedidos por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, ou por empresa particular, registrados no respectivo Conselho de Classe, que comprovem ter a proponente, prestado serviços de acordo com o objeto desta licitação.” (grifos nossos)”.

Neste item, baseia-se suas alegações no Art, 55 da Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do Sistema CONFEA/CREA, consulta ao site do CREASC, e no Artigo 30 da Lei nº 8.666/93, informando que:” Sendo assim, está claro que a exigência de CAT, em nome da Pessoa Jurídica como está descrito no edital, não é aplicável”, e que “Neste caso, entende-se não aplicáveis legalmente tais exigências quanto a CAT em edital, para pessoas jurídicas”.

## **2. Exigência de atividade técnica não existente junto as atividades dos profissionais do sistema CONFEA/CREA e respectiva CAT a ser emitida pelo CREA.**

O edital traz, junto ao quadro do item 6.1.4.2.1.1:

“Elaboração de Edital para Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.”

Em busca ao Sistema CONFEA/CREA, ver anexo, pode-se observar que não há código referente a tal atividade exigida no edital, sendo que o CREA relata que esse tipo de atividade é administrativo e não técnica. Logo não há como registrar tal serviço alinhado com códigos de atividade prevista pelo SISTEMA CONFEA/CREA.

Neste item, baseia-se suas alegações em Marçal Justen Filho, Jessé Torres Pereira Junior, Toshio Mukai, no §1º do artigo 3º da Lei nº 8.666/93, informando que: “Neste caso, sendo não aplicáveis legalmente tais exigências do edital”.

(...)

Por fim, faz os pedidos:

“Respeitosamente e ante o exposto, deve ser acatada a presente impugnação ao Edital, nos termos acima expostos, promovendo-se, por via de consequência, a republicação do instrumento convocatório devidamente regularizado.

Ante o exposto, **REQUER-SE** o acatamento à presente impugnação ao Edital, nos termos acima expostos, adequando-se o mesmo de forma que seja ampla a participação de empresas qualificadas e habilitadas perante o Conselho de Classe e detentoras de expertise, que possam apresentar suas propostas no certame, com as vantagens que tal competitividade proporciona ao Município, sem prejuízo de Habilitação Técnica exigida.

Por via de consequência, e sem perda do direito de amparo aos órgãos de controle, **REQUER-SE** a republicação do instrumento convocatório devidamente regularizado”.

É o relato resumidamente.

## **DO JULGAMENTO**

Considerando que essa Comissão entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial visando o interesse público;

Considerando que não deve ser esquecido o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 que diz: “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos”.

Como a impugnação reclama exclusivamente das exigências da proposta técnica, o processo foi enviado a Secretaria de Meio Ambiente, para análise e pronunciamento da Comissão Avaliadora do Certame Licitatório de Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, quanto a impugnação interposta.

Em **RESPOSTA** ao pedido de impugnação a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Comissão Avaliadora do Certame Licitatório de Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico respondeu:

“Considerando o requerimento de impugnação do Edital de Tomada de Preços nº 007/2022 apresentado pela empresa *MOTTA MARTINS ENGENHARIA LTDA* e após análise do edital baseado nas alegações da impugnação, a Comissão Avaliadora do Certame Licitatório de Revisão do Plano de Saneamento Básico (Portaria 424/2021), apresenta as seguintes informações:

1. No que tange à apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou de direito privado vir acompanhado com a respectiva CAT, entende-se que se trata de uma exigência simples, básica, elementar e de importante salvaguarda documental.

A Administração demonstra claramente como deseja receber o atestado de capacidade técnica, sendo o CREA o órgão fiscalizador com competência institucional para conferências e registros das atividades profissionais.

De acordo com a Resolução 1.025/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, a Certidão de Acervo Técnico – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, as atividades que constituem o acervo técnico do profissional (art.49).

A Certidão de Acervo Técnico - CAT serve para que o profissional possa fazer prova da sua capacidade técnica (profissional), desde que fundamentada nas atividades desenvolvidas e prévia Anotação de Responsabilidade Técnica -ART.

Conforme exposto no Edital 007/2022, é exigido também Atestado de Capacidade Técnica (Operacional/Empresa), mas devidamente acompanhado de Certidão de Acervo Técnico – CAT, como acessório da informação. Tal exigência tem fundamento legal, conforme a Resolução CONFEA 1.025/2009, em seu art. 55, que afirma:

Art.55. É vedada a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica.

**Parágrafo único. A CAT constituirá prova de capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico. (grifo nosso)**

Portanto, os documentos exigidos passam pelo controle do órgão fiscalizador, complementam, vinculam e convergem informações; são usuais, aplicáveis, certificam ritos genuínos a expertise e organização documental da empresa licitante e, não existe nenhuma ilegalidade na exigência acessória.

2. Com relação que: “Elaboração de Edital para Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário” não pode ser acervada junto ao sistema CONFEA/CREA por ser uma atividade administrativa e não técnica, não merece maiores comentários, notas ou observações.

Considerando que serviço de engenharia é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, não se pode admitir aceitável elaborar um edital de concessão de sistemas públicos e abastecimento de água e esgotamento sanitário, sem contar com engenheiros habilitados e experientes.

Todo serviço de engenharia deve ser iniciado com o prévio registro da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, onde figuram o nome do contratado, da empresa executora, da contratante, resumo do contrato, início e término do serviço, assinaturas das partes e a classificação dos serviços, que no caso em tela podem receber muitas classificações, tais como: planejamento, estudo, consultoria, assessoria e muitas outras, além de existir um campo específico que aceita descrição complementar.

Sendo assim, diante do exposto opinamos pelo **indeferimento** da solicitação de impugnação do Edital nº 007/2022, nos termos da legislação pertinente”.

Com isso, com o intuito de preservar os princípios basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, as licitações nomeados no art. 3º da Lei 8.666/93, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, esta Comissão informa que se reuniram para tratar sobre o assunto em tela, em reunião realizada tendo a Presidente **FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO** os membros da Comissão **RÉGIS SILVEIRA DA SILVA e LACY MONNIE TEIXEIRA BASTOS**. Neste momento, decidiram enviar o Processo para pronunciamento e parecer da PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, que respondeu, conforme documento em anexo.

A decisão está baseada na resposta do Secretaria Municipal de Meio Ambiente, feita pela Comissão Avaliadora do Certame Licitatório de Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico.

### **DA DECISÃO**

Diante do pronunciamento da Secretaria de Meio Ambiente, através da Comissão Avaliadora do Certame Licitatório de Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, esta Comissão, **INDEFERE** o pedido de impugnação interposto pela empresa **MOTTA MARTINS ENGENHARIA LTDA**, permanecendo a Tomada de Preços nº 007/2022 no dia 29/09/2022, as 10 horas. O edital

foi publicado nos veículos de comunicação, no Diário Oficial do Município (10/08/2022), no jornal de grande circulação (11/08/2022, Extra-Globo), Diário Oficial da União (11/08/2022). Informo que a resposta ao pedido de impugnação encontram-se disponíveis para download na página da prefeitura, link: <https://www.sivriopreto.rj.gov.br/licitacao>, no Diário Oficial do Município e no portal da transparência, bem como, deverá ser dado ciência a empresa via e-mail.

São José do Vale do Rio Preto, em 26 de setembro de 2022

**FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**  
*Presidente da Comissão de Licitação*

**RÉGIS SILVEIRA DA SILVA**  
*Comissão de Licitação*

**LACY MONNIE TEIXEIRA BASTOS**  
*Comissão de Licitação*